

# **A MOBILIDADE DA FORÇA DE TRABALHO DE ARGENTINOS NA FRONTEIRA SUL DO BRASIL: MOTIVAÇÕES E CONJUNTURAS ECONÔMICAS**

*Prof. Dr. Alexandre Luís Ponce Martins*

Docente colaborador na Universidade Estadual do Paraná – Unespar, Câmpus de Paranavaí – PR  
Docente formador na Universidade Cesumar – UniCesumar, Câmpus Sede, Maringá – PR

[poncemartins@hotmail.com](mailto:poncemartins@hotmail.com)

**RESUMO:** Este artigo tem como um de seus objetivos realizar uma análise das dinâmicas que envolvem mobilidade da força de trabalho das unidades federativas da região do Sul do Brasil com a Argentina. Este estudo é justificado por meio do entendimento de que o desenvolvimento desigual estabelecido pelo sistema econômico vigente se territorializa no espaço geográfico, desta maneira faz-se necessário um aprofundamento de sua relação com a mobilidade de trabalhadores na conjuntura das questões fronteiriças. Para tal, uma breve discussão bibliográfica foi realizada, de modo que os conceitos referentes à temática foram pontuados, ou seja: mobilidade, território e fronteira. A pesquisa prosseguiu com a realização de uma coleta de informações atinentes às características geográficas, sociais e econômicas do espaço em questão, isto é: imigração, admissão e demissão de trabalhadores, isso por meio de dados secundários do então Ministério do Trabalho e Emprego (MTE). O método de análise utilizado foi o dialético, com metodologia procedimental comparativa, utilizando-se como parâmetro Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul. Por fim, é pertinente sinalizar que o resultado obtido a partir deste material se mostrou satisfatório, isso porque as informações qualitativas e quantitativas articularam-se de acordo com os objetivos e métodos apontados.

**Palavras-chave:** Imigração. Território. Mercosul. Paraná. Santa Catarina. Rio Grande do Sul.

## **THE MOBILITY OF THE WORKFORCE OF ARGENTINIANS IN THE SOUTHERN BORDER OF BRAZIL: MOTIVATIONS AND ECONOMIC SITUATIONS**

**ABSTRACT:** One of the objectives of this article is to carry out an analysis of the dynamics involving workforce mobility in the federative units of the southern region of Brazil with Argentina. This study is justified through the understanding that the unequal development established by the current economic system is territorialized in the geographic space, thus it is necessary to deepen its relationship with the mobility of workers in the conjuncture of border issues. To this end, a brief bibliographical discussion was carried out, so that the concepts related to the theme were punctuated, that is: mobility, territory and border. The research continued with the collection of information related to the geographical, social and economic characteristics of the space in question, that is: immigration, admission and dismissal of workers, using secondary data from the then Ministry of Labor and Employment (MTE ). The analysis method used was the dialectical one, with a comparative procedural methodology, using Paraná, Santa Catarina and Rio Grande do Sul as parameters. Finally, it is pertinent to point out that the result obtained from this material proved to be satisfactory, because the qualitative and quantitative information were articulated according to the objectives and methods indicated.

**Keywords:** Immigration. Territory. Mercosur. Paraná. Santa Catarina. Rio Grande do Sul.

## 1. INTRODUÇÃO

O presente artigo procura estabelecer relações quanto à mobilidade da força de trabalho no âmbito geoeconômico dos estados do sul do Brasil e a Argentina. É significativo apontar que esta pesquisa traz informações que são parte de uma dissertação de mestrado defendida na Universidade Estadual de Maringá, Paraná, no ano de 2016. O estudo estabeleceu uma ligação entre a mobilidade de trabalhadores entre os países fronteiriços do Mercado Comum do Sul, Mercosul, e as unidades federativas da região Sul do Brasil com a possibilidade de uma relação imperialista brasileira com os demais membros do bloco econômico.

Salienta-se que este material trata somente das relações que envolvem a mobilidade de trabalho no âmbito do Mercosul, mais precisamente com relação ao Paraguai, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul e a República Argentina. As possibilidades referentes ao subimperialismo brasileiro no bloco econômico sul-americano serão abordadas em uma outra oportunidade

Este estudo fundamentou-se a partir dos pressupostos referentes à Geografia crítica radical. Deste modo, para se chegar ao objetivo proposto foi necessário partir de uma leitura que

se baseou metodologicamente no materialismo histórico dialético. Geograficamente, entendeu-se que a perspectiva analítica envolve o conceito de território, uma vez que as relações de trabalho no âmbito do sistema capitalista corroboram com relações de poder e se territorializam.

Desta maneira, sistematizar, relacionar e sintetizar semelhanças e dissensos quanto às questões que levam às ordens de mobilidade centrada na força de trabalho da área em questão possui justificativa importante. As relações de trabalho que se estabelecem a partir do capitalismo podem influenciar no deslocamento dos trabalhadores, assim como na materialização concreta traduzida na desigualdade socioespacial.

Alguns objetivos secundários para a realização deste artigo foram: (I) revisar bibliograficamente os conceitos de mobilidade humana, território, fronteira; e (II) elencar dados quanto à mobilidade de trabalhadores entre os estados do sul do Brasil e o Paraguai. A partir de uma abordagem comparativa foi possível estabelecer relações geográficas de proximidade e de natureza econômica que facilitaram a mobilidade de indivíduos da Argentina para a região Sul do Brasil.

Por fim, pontua-se que o artigo está dividido em duas partes, além desta introdução. A primeira parte conjectura as revisões bibliográficas conceituais conforme já apontado anteriormente. Em um segundo momento estarão em relevo os dados referentes à mobilidade da força de trabalho relativa à Argentina nas unidades federativas de Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul.

## 2. REVISÃO BIBLIOGRÁFICA CONCEITUAL

De acordo com a proposta deste estudo, é relevante pontuar a necessidade de se construir uma discussão conceitual que trate de três conceitos que envolvem de forma pertinente a temática, ou seja: a mobilidade humana, fronteira e território. Doravante dividir-se-á esta parte de modo a compreender a relevância destes conceitos para os objetivos propostos por este artigo.

A mobilidade humana é uma das consequências das medidas capitalistas inseridas no meio social e econômico. O conceito pode traduzir áreas de atração e repulsão populacional a partir de medidas tomadas pelo Estado, e também, outros agentes diversos. O esgotamento da

reprodução de capital abre novas áreas de investimento que pode levar a população como coisificação e recurso para reprodução ampliada de capital.

Em segundo lugar, as noções de território e fronteira colocam diretamente o papel do Estado no debate, sendo que o primeiro é o espaço de soberania das nações, e o segundo o ambiente de tensão entre a transição de seu espaço e de outro Estado próximo. Esta tensão é articulada por atores diversos e se espelha nas relações capitalistas de produção, trazendo consequências na construção do espaço geográfico. Esclarece-se, contudo, que o território é um conceito amplo e permite interpretações diversas, no que tange questões políticas, sociais e culturais, de modo que, todos devem ser esquadrihados para abranger com clareza aquele ao qual se encaixa no perfil desta pesquisa. O primeiro tópico, a seguir, faz um resgate quanto à noção de mobilidade humana.

## 2.1. A MOBILIDADE HUMANA

O ser humano, enquanto um dos aspectos de estudo da geografia, deve ser considerado sempre um elemento de interação e de potencial de transformação do espaço geográfico. A sua capacidade de alteração quanto à primeira natureza, bem como suas respectivas relações econômicas permitiu a criação da História.

A mobilidade se mostra um conceito essencial para se analisar a dualidade homem natureza, ela pode ser definida como o movimento dos corpos a partir do espaço, sendo, portanto, sujeita à qualquer espécie de deslocamento. Salienta-se que no presente caso, considerar-se-á o que se entende por “mobilidade humana”, esta refere-se ao movimento das pessoas a partir de motivações diversas, entre as quais se pode destacar os interesses capitalistas e a sua influência na força de trabalho.

A mobilidade da força de trabalho está presente na sociedade capitalista e possibilita dinamismo significativo no que se refere à lógica econômica vigente. No caso das relações dos Estados membros do Mercosul, pode-se considerar a existência de importantes fluxos de deslocamento humano em ambientes de fronteira. Considerando-se esta situação, possibilitada pelos benefícios comerciais estabelecidos pelo bloco econômico, é plenamente justificável discorrer de maneira crítica quanto às consequências que ocorrem a partir do conceito de mobilidade.

Tratando-se de estudos de mobilidade, pode-se destacar primeiramente que o conceito é tema de estudo de diversas áreas da ciência, entre as quais se pode citar: a sociologia, a psicologia, a demografia e a economia, conforme pontua Rocha (1998). Esta ampla abordagem do tema aplica uma dimensão multi e transdisciplinar que permite uma visão mais ampla no que toca as ciências humanas. Nesta perspectiva, a mobilidade humana se delinea a partir de três outras ordens de mobilidade; a mobilidade física, a mobilidade social e a mobilidade centrada no trabalho (ROCHA, 1998).

A mobilidade física é subdividida em macromobilidade física e micromobilidade física. A primeira se caracteriza por movimentos entre sujeitos em grande escala, isto é, escala internacional, nacional, estadual e municipal. Tal tipo de deslocamento não considera a dimensão da vida cotidiana. A micromobilidade abrange tal perspectiva, isso a partir de exemplos como: deslocamentos menores para: trabalho, escola, compras, entre outras possibilidades. (ROCHA, 1998).

Já a mobilidade social, ainda segundo Rocha (1998), está inserida na conjuntura das mudanças estruturais que podem ocorrer no contexto das classes sociais. É um movimento vertical, ou seja, não tangível inicialmente na dimensão concreta do espaço, contudo é territorializada a partir das relações sociais.

A mobilidade centrada no trabalho se refere ao movimento populacional incentivado pelos interesses econômicos do capitalismo, interesse que incentiva, mesmo que de forma inconsciente, o deslocamento de pessoas em função de trabalho. É significativo estabelecer que há relações neste âmbito mais ou menos perversas, não é pertinente colocar no mesmo bojo aqueles que se mobilizam para um tipo de laboração mais qualificada em outros países. (ROCHA, 1998).

Sobre o conceito de mobilidade Becker (2006) destaca que o termo foi objeto de análise a partir de várias interpretações. Relevou-se então, de acordo com a autora, duas principais vertentes: uma de um viés mais funcionalista, chamado de neoclássico, e outro de base crítica, denominado neomarxista.

Entre os trabalhos que Becker (2006) considera como neomarxista, está a publicação de Gaudemar (1977), o economista francês retrata que o deslocamento da população está relacionado aos interesses do sistema capitalista de produção. Para ele a mobilidade possui

influência relevante no âmbito das relações de trabalho no sistema capitalista, a qualidade da força de trabalho coopera para o surgimento de uma série de fenômenos de mobilidade como: os trabalhos temporários, movimentos pendulares, entre outras possibilidades.

Desta forma, a “mobilidade forçada” deslegitima a hipótese da decisão pessoal enquanto determinante para o deslocamento em dadas condições. Rocha (2008) explicita que esta “mobilidade forçada” é incentivada pelos interesses do capital, a motivação para o deslocamento passa a ser exógena à consciência do indivíduo. Gaudemar (1977) esclarece que o capitalismo influencia a maneira como as pessoas sedimentam suas ações sociais, de modo que, em meio aos interesses do sistema hegemônico, ocorre a mobilidade da força de trabalho. Neste sentido, todo planejamento capitalista de mobilidade seria também mobilidade forçada.

Os trabalhadores que se deslocam em razão das demandas do capitalismo fazem parte de uma reserva criada para ser usada quando necessário. Este excedente pode estar já inserido na sociedade ou surgir a partir de novas relações de trabalho, assim o desenvolvimento de novas técnicas e tecnologias podem vir a estabelecer mais desemprego e ainda mais indivíduos para o exército de reserva.

Como exemplo dessa última situação, Becker (2006) descreveu o caso dos pequenos proprietários de terra que são expulsos do campo por meio de mudanças da sociedade capitalista. A expropriação do sujeito de sua terra pode ocorrer via pressão de mercado ou por surgimento de maquinários agrícolas, no caso é criado um trabalhador livre para o exército de reserva.

Há ainda aqueles indivíduos que estão em situação de emprego irregular, esta população se encontra em precariedade, executam suas funções laborais em condições insalubres, perigosas e com baixas remunerações. Estes também se deslocam por vezes em busca de outro tipo de emprego, como exemplo se pode citar o caso de trabalhadores rurais que migram sazonalmente com a modernização da agricultura no estado do Paraná, como aponta Ribeiro (2011).

As relações capitalistas transformaram de forma significativa o modo que as populações dependentes do sistema visam se deslocar no espaço geográfico. É pertinente lembrar que a mobilidade humana não se inicia com o capitalismo, visto que, em sociedades da antiguidade ou mesmo aquelas que se pode denominar de primitiva também existia tal ação. O que a mobilidade centrada no trabalho tem em comum com os antigos deslocamentos é a necessidade. Primitivamente os povos se deslocavam em busca de alimentos, local seguro, terras férteis, entre

outras possibilidades. Atualmente estas necessidades são produzidas externamente ao que se refere ao limiar consciente do indivíduo, este continua a carecer de alimentos e outras necessidades, contudo é influenciado a se mudar para locais específicos, onde ele acredite em uma maior possibilidade de suprir estas mesmas necessidades. (BECKER, 2006).

Além destes pressupostos destacados por Becker (2006), vale reforçar a existência do tipo de mobilidade que não é forçada, de forma que, os indivíduos neste caso adquirem o desejo de se deslocar a partir de um referencial, que não necessariamente, tenha haver com as práticas do capital. Por exemplo, há aqueles que se mobilizam para estudar ou em razão de oportunidades de melhor remuneração salarial. Neste último contexto, esclarece-se que o sujeito possui maior clareza quanto à sua escolha, o que não ocorre com o proletário que é explorado pelo sistema, muitas vezes este não tem outra alternativa, ou migra ou tem uma piora significativa em seu modo de vida. Por vezes estas relações podem ocorrer de forma integrada, o que salienta a complexidade de tal relação.

Para se compreender tal complexidade a partir de um pressuposto crítico, deve-se levar em consideração o espaço geográfico enquanto ambiente de transformação das relações sociais e de poder econômico. Portanto, o estudo do território faz-se necessário para atingir tal objetivo, o que será realizado a partir do seguinte recorte.

## 2.2 TERRITÓRIO E FRONTEIRA

O território tem como sustentação o espaço enquanto base, o território envolve relações de poder enquanto que o espaço é o receptáculo de tais relações. Raffestin (1993) indica que território pode ser definido, portanto, como um conjunto de relações humanas fomentadas pela busca de poder no espaço geográfico.

Os territórios e suas respectivas territorialidades passam por modificações conceituais que se resignificaram e ainda o fazem a partir do tempo histórico. Tais mudanças ocorrem de acordo com as transformações que os atores sociais permitem no meio em que vivem, de modo a transformar também o espaço geográfico. A dominação ao qual o espaço é condicionado ocorre a partir de escalas diversas, por instituições e atores diversos a partir de um processo de desterritorialização e reterritorialização constante e rápido. Desterritorialização e

reterritorialização ocorrem quase que simultaneamente, uma vez que o capitalismo, a partir de suas exigências em busca de reprodução de capital, modifica espaços em que o poder atua. (SAQUET, 2013).

De acordo com Saquet (2013) a questão da territorialização também se estabelece na Psicanálise. O conceito pode ser estabelecido a partir do imaginário, o desejo inconsciente do indivíduo influenciaria, portanto, na reprodução da ideologia capitalista, uma subjeção que contribui para ampliação das questões de desigualdade no real.

O território é complexo, isso porque ele está inserido em diligências que transcendem o âmbito social e alcançam também o meio natural. Tal alcance se dá do local ao global, em perspectivas sociológicas de análise horizontal e vertical. A questão natural adquire relevância na interpretação de Dematteis (1975), este converge processos históricos e sociais, uma visão coesa para uma análise em Geografia.

Neste aspecto, Saquet (2013) coloca duas perspectivas de análise. A primeira entende que o território existe a partir de relações naturais e humanas, isso por meio dos órgãos do poder público, que são territórios políticos adjacentes e não sobrepostos, visão que torna tal interpretação restrita, uma vez que se aprofunda somente na atuação do Estado. Quanto à segunda perspectiva, indica-se uma subdivisão em dois aspectos: o território a partir das relações de soberania entre Estados, a partir de expoentes econômicos sob elementos materiais e imateriais; e outro baseado na teoria marxista, sob as relações de trabalho e espaço com a lógica da produção e reprodução do capital.

Outra análise é feita por Bagnasco (1977), a problemática do desenvolvimento territorial ocorre de acordo com processos históricos que o constituem. Desta maneira, compreende-se o conceito por uma perspectiva multifacetada, considerando-se todas as interações sociais decorrentes de fatos temporais sob ordens econômicas, políticas e culturais.

Esta última abordagem é a mais completa quanto às considerações territoriais, pois estabelece uma conjunção dos principais aspectos teóricos levantados pelos dois primeiros. Entre os principais autores da Geografia que se aprofundaram nesta forma de análise está Raffestin (1993).

Segundo Raffestin (1993), na tessitura territorial há três subconjuntos: as linhas, os pontos e as superfícies. Os pontos representam a expressão do indivíduo, ou seja, é a localização a qual

os sujeitos sociais entram em concordância ou em conflito. As linhas representam as relações entre as pessoas na sociedade, elas constituem-se em redes que projetam possibilidades quase infinitas, três pontos representam oito possibilidades de redes, enquanto que seis já seriam mais de trinta e duas mil. As superfícies são as zonas de atuações no território, elas são o espaço das territorialidades e do surgimento de seus limites.

Seria menos complexo se a perspectiva de análise territorial se desse com limites simples, porém não é o que ocorre materialmente. As áreas de influência dos territórios se fundam, intercalam-se e superpõem-se, sob a ordens, escalas e atuações de diversos interesses e formas de poder.

Os territórios mais dinâmicos não possuem inclusive um limite fixo, as superfícies se superpõem. Já aqueles menos complexos, a exemplo dos espaços administrativos, como as fronteiras dos Estados Nacionais, há uma regulação rígida, em função dos objetivos da defesa da soberania. Hermann (2011) escreve que a soberania do Estado é constantemente confrontada pela globalização, alguns exemplos atuais envolvem diferentes tipos de ativismos como: os direitos humanos, movimentos étnicos, migrações ilegais, entre outros.

As relações internacionais atuais foram modificadas a partir do avanço das tecnologias de informação que aumentou fluxos diversos, de modo que, o Estado não consegue vigiar suas fronteiras como em outrora. A questão da soberania enfrenta um embate onde o povo terceiriza sua soberania para operação do Estado, este por sua vez burocratiza as fronteiras com o objetivo de obter um maior controle do local.

Percebe-se que as áreas limítrofes de um Estado não são heterogêneas, a partir do momento em que se passa o limite, ocorre uma superfície de transição em que ambos os Estados compartilham fatores econômicos, políticos, sociais e culturais em sobreposição, esta é a fronteira.

A fronteira é uma consequência das motivações e alterações provocadas pelas relações sociais. É um conceito que permite várias análises, abordagens e entendimentos. Releva-se a sociedade capitalista é contraditória e está em constante transformação, tais mudanças influenciam no presente e no planejamento póstumo, o que torna também o território um espaço zonal fluido.

Souza (2012) coloca em questão o entendimento do senso comum quanto à ideia de território. Este é sinalizado como sinônimo de espaço de ação do Estado Nacional, o que não é necessariamente um erro, no entanto enquadra-se em uma análise rasa, isso porque não se aprofunda em outras formas de território. Os territórios assumem formas, escalas e periodicidades diversas, ampliando sua esferas de atuação, muitas vezes também se sobrepondo.

Fronteira é um termo que pode ser associado a várias interpretações, aqui neste trabalho é essencial o estabelecimento do conceito como limite entre os Estados Nacionais. Max e Oliveira (2009) demanda o termo na perspectiva aqui proposta, de modo que a fronteira é descrita como limite que separa o território nacional do internacional, é o início e o fim do Estado, sendo que, o limite propriamente dito, pode ser entendido como as extremidades do território nacional, é designada com papel de dividir politicamente governos, regiões, municípios territorialmente, isto é, é no limite que se inicia ou acaba a soberania de tal indivíduo ou grupo.

Para Frasson (2014), a fronteira é uma “faixa do território de um país que se estende ao longo da linha limite.” (Frasson, 2014, p. 54 e 55). A autora se utiliza de Raffestin (1993), quando reforça a necessidade de uma em que se deve considerar as características locais presentes; isto é: a diversidade cultural, as regulamentações alfandegárias e a criminalização; pois são fatores de tensão entre a fronteira e o Estado (RAFFESTIN, 1993).

Neste aspecto, mesmo os Estados que possuem uma fronteira política solidamente definida podem apresentar conflitos que se chocam com a identidade cultural expressa na própria. Haesbaert (2012), nesta conjuntura, põe em evidência fronteiras instáveis politicamente em razão de questões culturais.

Observa-se, portanto, que a fronteira possui uma área maior de influência que vai além da própria linha-limite. Existem diversas territorialidades dentro dos territórios nacionais, são aspectos que fomentam dissensos quanto ao centro político do próprio país, estes são fatores de tensão entre a fronteira e o governo nacional. No território soberano do Estado, há a capital política, onde geralmente, localizam-se os centros econômicos, políticos e culturais, enquanto que, a fronteira é demarcada pelo perímetro desenhado nas margens do Estado. O centro é o local onde estão os atores que detém o poder do Estado, aquele que territorializa o espaço, e o transforma conforme seus interesses.

As fronteiras, os territórios e os poderes que ali se relacionam são de significativa complexidade, estes conceitos devem ser considerados a partir de aspectos diversos: estatais, influenciados pelas novas tecnologias, sob diferentes aspectos históricos, econômicos, políticos, geográficos, entre outras possibilidades. Considera-se portanto, que há Estados soberanos que conflitam com seus próprios cidadãos, donos também de uma soberania própria, esta última lhes é retirada, mesmo que em vias legitimadas pela lei, situação que amplifica uma relação de constante tensão na superfície fronteiriça.

O sistema econômico vigente exerce uma função que estabelece interesses de Estados sobre outros, isso por meio de uma lógica em que aqueles que detém maior poder passa a impor seus objetivos sobre os demais. Tais situações podem provocar diferentes formas de mobilidade. Entre o Brasil e a Argentina não é diferente, doravante realizar-se-á um aprofundamento no que toca a mobilidade centrada no trabalho entre os dois países.

### **3 A MOBILIDADE DA FORÇA DE TRABALHO ENTRE O BRASIL E A ARGENTINA**

Considerar-se-á nesta terceira parte as questões que envolvem os trabalhadores vindos da Argentina em direção ao Brasil. Para serem numerados, tiveram de ser registrados por meio da Consolidação das Leis de Trabalho (CLT). Estas informações estão disponíveis no Anuário de Imigração, material produzido pelo Ministério do Trabalho e Emprego (MTE). Neste trabalho foram utilizados os dados referentes ao ano de 2015, eles expõem os números referentes à 2014. É pertinente apontar que os anuários não foram mais realizados posteriormente, em razão disso a presente pesquisa utilizou-se do que estava disponível naquele ano.

No que se refere aos trabalhadores argentinos, os números em questão tratam àqueles que são naturais do país e conseguiram um emprego formal, podendo ainda ter sido dispensados. Os que conseguem laborar sem o registro da CLT não entraram no universo desta pesquisa. Os valores absolutos obtidos com o MTE já conseguem consolidar proposta deste estudo.

Doravante, no que toca a situação que envolve a imigração no Brasil, o século XIX é um ponto de partida para se realizar tal consideração. Aqueles que aportavam no país saíam de sua nação de origem por motivos diversos, os quais se pode citar como exemplo: desemprego,

pobreza, perseguições diversas, entre outros fatores. Tais dificuldades estavam associadas à desigualdade social e à corrida imperialista que se intensificava na Europa.

Em tal conjuntura, a mobilidade pode ser observada como um fenômeno de deslocamento forçado ou não. Isso vai depender das características e do tipo de trabalho exercido pelo sujeito em análise, bem como sua motivação ao se mudar de seu país originário. Bertonha (1997) escreve que haviam motivações econômicas para a chegada de italianos no Brasil, o que certifica a hipótese de que muitos se deslocavam em função do desemprego, o que de uma maneira não consciente tornaria aquela mobilidade forçada.

Todavia, não são os europeus o objeto deste estudo, as informações referentes a eles são inclusive demasiadamente acessíveis, situação diferente do que ocorre nos casos dos países vizinhos ao Brasil. Os órgãos oficiais dos Estados membros do Mercosul não disponibilizam dados com maiores detalhes, isso pelo menos no que tange à entrada e saída de estrangeiros em seus territórios nacionais. O que se encontrou de mais substancial foram os números coletados pelo próprio MTE.

Do ponto de vista econômico, durante o século XX, o avanço da colonização incentivou o desenvolvimento de entrepostos comerciais que realizavam a venda de erva-mate e madeira para a Argentina, fato que ampliou as relações comerciais com o Brasil e a também a mobilidade de trabalhadores (PEREIRA; FREDDO, 2017). Os entrecortes históricos justificam aquela maior relação, nas tabelas 01, 02 e 03, a seguir, encontram-se os dados referentes às admissões e demissões que legitimam a situação.

**Tabela 01: Principais nacionalidades em admissão no estado do Paraná (2014)**

PAÍS	ADMITIDOS	DEMITIDOS
REPÚBLICA DO HAITI	4.183	1.641
PARAGUAI	509	156
SENEGAL	375	188
BANGLADESH	198	95
ARGENTINA	170	65
PORTUGAL	104	42
COLÔMBIA	82	36
GANÁ	56	1
GUINÉ	56	26
ESPANHA <sup>1</sup>	55	20
OUTROS	560	255
TOTAL	6.348	2.525

**Fonte: CAGED/MTE. Organização: Alexandre Ponce Martins**

**Tabela 02: Principais nacionalidades em admissão no estado de Santa Catarina (2014)**

<b>PAÍS</b>	<b>ADMITIDOS</b>	<b>DEMITIDOS</b>
REPÚBLICA DO HAITI	6.015	2.077
GANÁ	707	313
ARGENTINA	517	296
SENEGAL	372	169
URUGUAI	151	105
REPÚBLICA DOMINICANA	101	35
PARAGUAI	97	61
COLÔMBIA	86	49
PORTUGAL	78	41
PERU	57	33
OUTROS	442	232
<b>TOTAL</b>	<b>8.623</b>	<b>3.411</b>

**Fonte: CAGED/MTE. Organização: Alexandre Ponce Martins**

**Tabela 03: Principais nacionalidades em admissão no estado do Rio Grande do Sul (2014)**

<b>PAÍS</b>	<b>ADMITIDOS</b>	<b>DEMITIDOS</b>
REPÚBLICA DO HAITI	2.494	866
SENEGAL	1.884	936
ARGENTINA	381	196
URUGUAI	341	154
GANÁ	178	64
REPÚBLICA DOMINICANA	81	25
COLÔMBIA	78	32
PORTUGAL	55	14
PERU	53	51
PARAGUAI	49	17
OUTROS	382	128
<b>TOTAL</b>	<b>5.976</b>	<b>2.483</b>

**Fonte: CAGED/MTE. Organização: Alexandre Ponce Martins**

O Haiti é o país ao qual se tem o maior número de indivíduos admitidos com carteira assinada naquele ano. As questões socioeconômicas as quais o país esteve envolvido no início da década passada, assim como as políticas migratórias realizadas pelo governo brasileiro de então, possibilitou receber os haitianos como refugiados. Portanto, em comparação com os imigrantes de outras nacionalidades, os refugiados haitianos tiveram naquele período mais facilidade para entrar no país (SILVA, 2015).

Ocorreu de modo semelhante a entrada de africanos, ou seja, estes também foram acolhidos como refugiados, a exemplo de senegaleses, ganeses e guineenses. (CORRÊA, et. al., 2015). Observar-se-á, em sequência, as relações que se estabelecem entre os trabalhadores argentinos e os estados da região Sul do Brasil.

Quanto aos deslocamentos referentes aos trabalhadores em direção ao Paraná, situação representada na tabela 01, observa-se uma quantidade razoável de argentinos admitidos e demitidos, 170 e 65 pessoas respectivamente. O país foi o quinto que mais dinamizou tal relação com o estado.

Sobre a situação que envolve Santa Catarina, presente na tabela 02, observa-se que o agrupamento de argentinos que chegaram ao estado e conseguiram trabalho formal estabeleceram o terceiro maior grupo em números absolutos. Em admissões a quantidade foi de 517 e de demissões 296.

A tabela 03, por seu turno, apresenta os números do Rio Grande do Sul. Nesse sentido, a quantidade de argentinos contratados foram de 381, já os demitidos 196, sendo eles o terceiro maior agrupamento de imigrantes a conseguir trabalho formal dentro do referido estado.

As três tabelas anteriores foram percorridas quanto a proximidade geográfica das unidades federativas do sul do Brasil e a Argentina. Em uma perspectiva crítica a análise se torna mais acentuada ao passo em que se há um aprofundamento à algumas questões mais específicas, desta maneira, em sequência, tratar-se-á as delineações da mobilidade centrada no trabalho presentes na relação que envolve Brasil e Argentina

A Argentina, de acordo com os dados apontados pelas tabelas 01, 02 e 03, encontra-se mais integrada a Santa Catarina e Rio Grande do Sul do que ao Paraná. Historicamente a colonização destas duas UFs tem o vizinho portenho como grande fator de influência, tal fato se corrobora a partir de contextos históricos conflituosos e econômicos. No século XIX, Brasil e Argentina se envolveram em um conflito litigioso quanto a posse de uma área na porção oeste de Santa Catarina, evento conhecido como Questão de Palmas, este foi resolvido sob arbitragem internacional dirigida pelos Estados Unidos.

As intersecções históricas e socioeconômicas podem justificar uma maior interação entre as unidades federativas sulistas do Brasil e a Argentina. Desta forma, na tabela 04, a seguir, encontram-se as atividades econômicas exercidas pelos argentinos que se conduziram ao Brasil e assinaram a carteira de trabalho, bem como aqueles que foram demitidos.

**Tabela 04: Principais atividades econômicas, admissão x demissão dos argentinos, Brasil -2014**

<b>Atividade Econômica</b>	<b>Admitidos</b>	<b>Demitidos</b>
<b>Restaurantes e Similares</b>	240	148
<b>Hotéis</b>	208	108
<b>Frigorífico - Abate de Suínos</b>	143	58
<b>Lanchonetes, Casas de Chá, de Sucos e Similares</b>	71	44
<b>Transporte Rodoviário de Carga, Exceto Produtos Perigosos e Mudanças, Intermunicipal, Interestadual e Internacional</b>	54	10
<b>Cultivo de Maçã</b>	52	50
<b>Comércio Varejista de Artigos do Vestuário e Acessórios</b>	49	28
<b>Comércio Varejista de Mercadorias em Geral, com Predominância de Produtos Alimentícios - Supermercados</b>	49	29
<b>Construção de Edifícios</b>	35	21
<b>Agências de Viagens</b>	31	15
<b>Outros</b>	870	377
<b>Total</b>	1.802	888

**Fonte: CAGED/MTE. Organização: autor.**

As principais atividades de admissão estão relacionadas a restaurantes, hotéis, frigoríficos, lanchonetes, transportes, entre outros. Observa-se que os argentinos ocupam ramos econômicos situados no setor terciário. Quanto aos demitidos, há a ocorrência de ordem semelhante, com algumas alterações quanto ao ranqueamento das atividades. As ocupações podem refletir o tipo de trabalho ao qual os argentinos são empregados, a tabela 05 salientará tais informações.

**Tabela 05: Principais ocupações, admissão x demissão de argentinos no Brasil - 2014**

<b>Ocupação</b>	<b>Admitidos</b>	<b>Demitidos</b>
<b>Alimentador de Linha de Produção</b>	159	65
<b>Garçom</b>	153	80
<b>Cozinheiro Geral</b>	103	61
<b>Vendedor de Comercio Varejista</b>	100	54
<b>Recepcionista de Hotel</b>	65	40
<b>Atendente de Lanchonete</b>	61	40
<b>Motorista de Caminhão (Rotas Regionais e Internacionais)</b>	53	11
<b>Operador de Caixa</b>	46	31
<b>Recepcionista, em Geral</b>	46	20
<b>Trabalhador Agropecuário em Geral</b>	42	39
<b>Outros</b>	974	447
<b>Total</b>	1.802	888

**Fonte: CAGED/MTE. Organização: autor.**

Os imigrantes argentinos, conforme a tabela 05, exercem cargos de baixa remuneração, os exemplos de atividades como alimentador de linha de produção, garçom, cozinheiro, vendedor varejista, recepcionista de hotel, entre outros, apontam para tal afirmação. Quanto aos demitidos, há a ocorrência de ordem semelhante, com algumas alterações quanto no ranqueamento das atividades. São ocupações que não exigem mão de obra com qualificação no ensino superior, desta maneira a escolaridade pode fornecer subsídios para se entender o perfil do trabalhador argentino, assim a tabela 06, que está na sequência é justificada.

**Tabela 06: Admissão x demissão de argentinos, segundo escolaridade, Brasil - 2014**

<b>Escolaridade</b>	<b>Admitidos</b>	<b>Demitidos</b>
<b>Analfabeto</b>	1	0
<b>Fundamental Incompleto</b>	265	142
<b>Fundamental Completo</b>	140	74
<b>Médio Incompleto</b>	85	46
<b>Médio Completo</b>	879	459
<b>Superior Incompleto</b>	72	34
<b>Superior Completo</b>	360	133
<b>Total</b>	1.802	888

**Fonte: CAGED/MTE. Organização: autor.**

A escolaridade tem como expoentes os sujeitos que apresentam o ensino médio completo, seguido de superior completo e fundamental incompleto. Quanto aos demitidos, há a ocorrência de ordem semelhante, com algumas alterações no ranqueamento das atividades. Tais informações podem representar uma população com maior remuneração, e conseqüentemente, com maior poder aquisitivo. Em sequência, para se compreender o local de inserção destes trabalhadores, tem-se a tabela 07.

**Tabela 07: Admissão x demissão de argentinos, por UF, Brasil – 2014**

<b>Unidades Federativas</b>	<b>Admitidos</b>	<b>Demitidos</b>
<b>Santa Catarina</b>	517	296
<b>Rio de Janeiro</b>	403	183
<b>Rio Grande do Sul</b>	381	196
<b>Paraná</b>	170	65
<b>São Paulo</b>	106	38
<b>Demais UFs</b>	225	110
<b>Total</b>	1802	888

**Fonte: CAGED/MTE. Organização: autor.**

Por meio da tabela 07, nota-se a ocorrência de argentinos em grande quantidade em Santa Catarina. Logo em seguida tem-se o Rio de Janeiro, que, a partir de um apelo turístico e econômico tem maior possibilidade de receber estrangeiros da Argentina. O Rio Grande do Sul aparece em terceiro, logo após o Paraná, e depois São Paulo. A partir de um recorte de 1.802 indivíduos admitidos, é relevante destacar que destes 1.068 estão nos estados do Sul do país, isto é, mais de 50% do total. Quanto aos demitidos, há a ocorrência de ordem semelhante, com algumas alterações quanto ao ranqueamento das atividades. As cidades as quais estas pessoas se dirigem também se configura como elemento proeminente, uma vez que, indicam o quanto se mantém próximas ou se afastam da área fronteiriça, esta informação se encontra na próxima tabela.

**Tabela 08: Principais municípios em admissão de argentinos, Brasil - 2014**

<b>Município UF</b>	<b>Admitidos</b>	<b>Demitidos</b>
<b>Florianópolis SC</b>	264	164
<b>Rio de Janeiro RJ</b>	197	93
<b>Santa Rosa RS</b>	146	59
<b>Armação de Búzios RJ</b>	143	55
<b>Balneário Camboriú SC</b>	95	56
<b>São Paulo SP</b>	77	27
<b>Vacaria RS</b>	50	49
<b>Curitiba PR</b>	48	28
<b>Porto Alegre RS</b>	48	24
<b>Barracão PR</b>	44	8
<b>Outros</b>	690	325
<b>Total</b>	1.802	888

**Fonte: CAGED/MTE. Organização: autor.**

De acordo com a tabela 08, exatamente em território de fronteira encontram-se três municípios entre os dez com mais ocorrência de admissão de argentinos, estes são: Santa Rosa - RS, Vacaria - RS e Barracão - PR. Os demais em ordem de admissões e demissões são: Florianópolis - SC, Rio de Janeiro - RJ, Armação de Búzios - RJ, Balneário Camboriú - SC, São Paulo - SP, Curitiba - PR e Porto Alegre - RS. Deste modo, são ora capitais de Estado, aos quais possuem mais atrativos econômicos, ora regiões litorâneas de potencial turístico, ou ainda ambas, como no caso do Rio de Janeiro e Florianópolis.

Os municípios estão bem distribuídos, de forma que, há maior quantidade de pessoas no Sul, porém eles se encontram em maioria em espaços além da faixa fronteiriça. Tais dados ajudam a refletir para o quanto os argentinos se deslocam adentro do Brasil. Em um universo de 1.112 pessoas admitidas, elencadas entre os dez primeiros municípios da tabela 08, 455 se encontram no Sul do Brasil, mais de 40% do total da região, e destas 240 estão em ambiente fronteiriço. Ainda nessa conjuntura, 417 indivíduos estão em outras regiões fora da zona de fronteira, menos de 40% do total da região. Quanto aos demitidos, há a ocorrência de ordem semelhante, com algumas alterações quanto ao ranqueamento de atividades.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A mobilidade dos trabalhadores argentinos nos estados do Sul do Brasil incide perfis distintos quando confrontados, tal análise ocorreu por meio de composição econômica, social e cultural. Estabeleceu-se particularidades discutidas a partir de suas ocupações, dos setores econômicos inseridos, nível de escolaridade e destino de imigração. Ao se interseccionar tais informações sedimentou-se uma base para o entendimento das necessidades destes indivíduos em seu país de origem.

O trabalhador estrangeiro que busca melhores condições de salário em locais mais desenvolvidos economicamente que aquele em seu país de origem não costuma possuir maior qualificação, é o que se demonstrou a partir dos cargos e escolaridade dos indivíduos identificados na Argentina. A baixa escolaridade dos trabalhadores justifica uma tentativa de melhoria de vida, estes se submetem em um espaço de cultura distinta à sua, o que já insere dificuldades diversas. A média salarial do Brasil é maior quando comparada ao país vizinho, o que explica a mobilidade centrada no trabalho com os argentinos na fronteira Sul.

## REFERÊNCIAS

- BAGNASCO, Arnaldo. Tre Italie. **La problemática territorial dello sviluppo italiano**. Bologna II Mulino, 1977.
- BECKER, Olga Maria Schild. Mobilidade espacial da população: conceitos, tipologia, contextos. In: CASTRO, Iná Elias de. GOMES, Paulo Cesar da Costa. CORRÊA, Roberto Lobato. (org.). **Explorações Geográficas: percursos no fim do século**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006. p. 319-367.
- BERTONHA, João Fabio. **O Brasil, os imigrantes italianos e a política externa fascista, 1922-1943**. Revista Brasileira de Políticas Internacionais. 40 (2): 106-130, 1997.
- CORRÊA, Mariana Almeida Silveira; NEPUMUCENO, Raísa Barcellos; MATTOS, Wesley H. C.; MIRANDA, Carla. **Migração por sobrevivência: soluções brasileiras**. Revista Interdisciplinar de Mobilidade Humana, Brasília, Ano XXIII, n. 44, p. 221-236, jan./jun. 2015.
- DEMATTEIS, Giuseppe. Le principe de d'interaction: fondement logique et pratique de la recherche moderne em gographie. In BUSCAGLIA, Augusto, et. al. **Colloquio sulle basi teoriche dela ricerca geografica**. Torino: Giappichelli, 1975. p. 28-38.
- FRASSON, Margarete. **Alunos brasiguaios em movimento na tríplice fronteira**. 2014. 275 f. Dissertação (Mestrado em Geografia). Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Francisco Beltrão. 2014.
- GAUDEMAR, J. P. **Mobilidade do trabalho e acumulação do capital**. Lisboa: Estampa, 1977.
- HAESBAERT, Rogério. Desterritorialização: Entre as redes e os aglomerados de exclusão. In: CASTRO, Iná Elias de; GOMES, Paulo Cesar da Costa; CORRÊA, Roberto Lobato (Orgs). **Geografia Conceitos e Temas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012.
- HERMANN, Breno. **Soberania, não intervenção e não indiferença: reflexões sobre o discursos diplomático brasileiro**. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2011. 268 p.
- MAX, Cláudio Zarate; OLIVEIRA, Tito Carlos Machado de. **As relações de troca em região de fronteira: uma proposta metodológica sob a ótica convencionalista**. Geosul, 24(47), 7-27. 2009.
- RAFFESTIN, Claude. **Por uma geografia do poder**. São Paulo: Ática. 1993.
- RIBEIRO, Vitor Hugo. **A mobilidade forçada e a exploração da força de trabalho: um olhar para os trabalhadores da cana-de-açúcar do noroeste paranaense**. 2011. 174 p. Dissertação (Mestrado em Geografia). Universidade Estadual de Maringá, Maringá. 2011.
- ROCHA, Márcio Mendes. **A Espacialidade das Mobilidades Urbanas – Um olhar para o Norte Central Paranaense**. 1998. 180 p. Tese (Doutorado em Geografia). Universidade de São Paulo – Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas – Departamento de Geografia. São Paulo, 1998.
- SAQUET, Marcos Aurélio. **Abordagens e concepções de território**. São Paulo: Outras Expressões, 2013.

SILVA, Sidney Antônio da. **Fronteira amazônica: passagem obrigatória para haitianos?** Revista Interdisciplinar de Mobilidade Humana, Brasília, Ano XXIII, n. 44, p. 119-134, jan./jun. 2015.

SOUZA, Marcelo José Lopes de. O território: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento. In: CASTRO, Iná Elias de; GOMES, Paulo Cesar da Costa; CORRÊA, Roberto Lobato (Orgs). **Geografia Conceitos e Temas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012.

Enviado em 08/08/2022

Aceito em 17/12/2022